
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

T A V I R A
2017 - 2020

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA.....	5
MATRIZ DE LEITURA DO PDS	6
EIXOS ESTRATÉGICOS	7
ESTRUTURA DO PDS	8
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	11
EIXO ESTRATÉGICO 1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	11
Objetivo 1.1. Reforçar o Empreendedorismo e Diversificar a Base Económica, Promovendo a Criação de Empresas e Fomentando o Emprego	11
Ação 1.1.1. Dinamizar Sessões no Âmbito do Empreendedorismo que Promovam os Recursos Endógenos do Concelho	11
Ação 1.1.2. Divulgar Apoios e Incentivos e Programas no Âmbito do Empreendedorismo e Recuperação de Empresas	11
Ação 1.1.3. Criar uma Plataforma Digital de Apoio ao Empreendedor, que Contemple a Publicitação de Empreendedores Locais de Sucesso e Ideias a Implementar	12
Ação 1.1.4. Criar um “Prémio de Empreendedorismo Local”	12
Ação 1.1.5. Criar o Selo Qualidade “Dieta Mediterrânica”	12
Ação 1.1.6. Criar um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo	12
Ação 1.1.7. Manter o Gabinete de Inserção Profissional	12
Objetivo 1.2. Capacitar, Qualificar e Formar de Acordo com Necessidades do Mercado de Trabalho	13
Ação 1.2.1. Promover Formação que Potencie a Integração Profissional de Jovens à Procura do 1.º Emprego e Desempregados.....	13
Ação 1.2.2. Desenvolver um Plano Integrado de Formação	13
Ação 1.2.3. Organizar Ações de Formação em Contexto Real de Trabalho	13
Ação 1.2.4. Promover e Acompanhar o Processo de Inserção Laboral.....	13
Ação 1.2.5. Sensibilizar os Empresários para a Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência ou Incapacidade, em Contexto de Trabalho.....	14

Ação 1.2.6. Fomentar Medidas de Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência ou Incapacidade	14
EIXO ESTRATÉGICO 2 PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL.....	15
Objetivo 2.1. Potenciar Melhores Condições de Vida às Famílias	15
Ação 2.1.1. Criar uma Estrutura de Atendimento Integrado	15
Ação 2.1.2. Criar uma Unidade de Cuidados Paliativos.....	15
Ação 2.1.3. Criar uma Unidade Móvel de Fisioterapia.....	15
Ação 2.1.4. Implementar Medidas de Discriminação Positiva no Âmbito Escolar.....	16
Ação 2.1.5. Reforçar as Respostas Habitacionais aos Grupos Economicamente e Socialmente Vulneráveis.....	16
Ação 2.1.6. Promover Melhores Condições de Habitabilidade aos Grupos Economicamente Vulneráveis.....	16
Ação 2.1.7. Reforçar as Medidas Sociais de Apoio Financeiro ao Arrendamento Habitacional ...	17
Ação 2.1.8. Divulgar Programas e Medidas Nacionais de Apoio ao Arrendamento Habitacional	17
Objetivo 2.2. Promover o Envelhecimento Ativo e Diversificar a Oferta Social para a População Sénior.....	18
Ação 2.2.1. Conceber Respostas de Voluntariado para Combater o Isolamento Social na População Sénior.....	18
Ação 2.2.2. Promover Ações de Sensibilização no Âmbito da Segurança da População Sénior...	18
Ação 2.2.3. Desenvolver Ações de Âmbito Sociocultural para a População Sénior.....	18
Ação 2.2.4. Criar a Resposta Social Estrutura Residencial para Idosos.....	19
Ação 2.2.5. Aumentar a Capacidade de Integração na Resposta Estrutura Residencial para Idosos	19
Ação 2.2.6. Ampliar e Consolidar a Capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário	19
Ação 2.2.7. Criar um Dispositivo Móvel de Animação Comunitária	20
Ação 2.2.8. Potenciar o Acesso ao Serviço de Teleassistência.....	20
Objetivo 2.3. Desenvolver Respostas Inclusivas para a População Portadora de Deficiência e Incapacidade	21
Ação 2.3.1. Promover o Desenvolvimento de Respostas no Âmbito da Doença Mental e Degenerativa	21

Ação 2.3.2. Criar Oficinas Terapêuticas de Estimulação Cognitiva	21
Ação 2.3.3. Implementar uma Plataforma de Reabilitação de Indivíduos Sujeitos a Amputação 21	
Objetivo 2.4. Fomentar Mecanismos para a Inclusão Social da População Imigrante	22
Ação 2.4.1. Dinamizar um Dispositivo de Apoio à População Imigrante	22
Ação 2.4.2. Desenvolver Ações de Sensibilização/Formação para a Integração da População Imigrante	22
Objetivo 2.5. Promover a Integração das Respostas para Vítimas de Violência.....	23
Ação 2.5.1. Desenvolver Ações de Sensibilização para a Prevenção das Diferentes Formas de Violência	23
Objetivo 2.6. Desenvolver as Atividades de Ocupação de Tempos Livres para Crianças e Jovens... 24	
Ação 2.6.1. Criar um Centro de Atividades de Férias e Lazer.....	24
Ação 2.6.2. Implementar um Centro de Férias Inclusivas.....	25
Ação 2.6.3. Promover um Programa de Férias Ativas.....	25
Objetivo 2.7. Desenvolver Iniciativas no Âmbito do Plano de Atribuição de Bens, Géneros Alimentares e do Apoio Psicológico a Grupos em Situação de Vulnerabilidade Social	26
Ação 2.7.1. Caracterizar as Respostas Existentes no Âmbito do Plano de Atribuição de Bens e Géneros Alimentares às Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social	26
Ação 2.7.2. Criar um Banco de Bens Doados	27
Ação 2.7.3. Garantir o Acompanhamento Psicológico à População Adulta.....	27
Ação 2.7.4. Possibilitar a Intervenção Primária de Carácter Psicopedagógico e Psicológico na Área da Educação	27
NOTA FINAL	28

NOTA PRÉVIA

No contexto atual de crise financeira, económica e social, em que os problemas sociais complexos como desemprego, pobreza, exclusão social e envelhecimento da populacional se acentuam, a “governança em rede”, é uma potencialidade, atendendo que promove a cooperação e a inovação, através da priorização, flexibilização e descentralização de projetos, ações e atividades, numa perspetiva de mudança e desenvolvimento social local.

O presente documento apresenta o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) que dispõe as principais opções estratégicas, de desenvolvimento social no concelho, para o período de 2017-2020 e prevê o recurso aos fundos estruturais, do Portugal 2020, essenciais no apoio ao desenvolvimento socioeconómico, possibilitando a correção de assimetrias territoriais.

O processo de elaboração do PDS envolveu a participação direta ou indireta dos diversificados parceiros do CLAST. Esta disponibilidade, que se entende ser a materialização de uma cultura de partilha de responsabilidade e de esforço coletivo que deve nortear as Redes Sociais, manifestou-se em moldes formais e informais de articulação cujo valor para o trabalho realizado dispensa qualquer tipo de quantificação.

Finalmente, todo o processo que resultou na elaboração do PDS contou com o devido enquadramento e suporte por parte do Núcleo Executivo.

MATRIZ DE LEITURA DO PDS

EIXOS ESTRATÉGICOS

Grandes linhas orientadoras que servem o propósito de estruturar o PDS em termos da organização global do desenvolvimento social do município

O PDS Tavira inclui 2 Eixos Estratégicos que, em termos genéricos, operacionalizam as linhas orientadoras emanadas do Diagnóstico Social

OBJETIVOS

Orientações estratégicas subordinadas aos Eixos Estratégicos

Definem linhas de ação globais, ainda não operacionais, que possibilitem a concretização das orientações expressas pelos Eixos Estratégicos

AÇÕES

Orientações definidas de forma a operacionalizar os Objetivos e que especificam resultados pretendidos no horizonte temporal do PDS

São orientações concretas que planificam as iniciativas a empreender; a sua descrição deve ser operativa, nomeadamente, quantificando e/ou qualificando os resultados pretendidos

EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO ESTRATÉGICO 1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Face à aposta contínua de especialização no setor turístico e imobiliário, o concelho à semelhança da região, apresenta dependência face a estes mercados. A diversificação da atividade económica e o reforço da competitividade das empresas, para a criação de postos de trabalho, aliada a uma política de sustentabilidade e valorização do conhecimento, surge como um objetivo primordial do ponto de vista socioeconómico, no âmbito do desenvolvimento social local.

EIXO ESTRATÉGICO 2 PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

A promoção da coesão assume uma dimensão fundamental na estratégia de desenvolvimento local. O território apresenta assimetrias ao nível económico e social, relacionadas com fatores como o desemprego e precariedade laboral associada a baixas qualificações profissionais, ao fenómeno da sazonalidade, envelhecimento populacional aumentando assim a vulnerabilidade social, das famílias.

O aumento da esperança média de vida, o índice de dependência da população idosa, a doença mental, revelam a insuficiência de respostas sociais na comunidade.

O presente eixo tem como principal objetivo contribuir para a criação de um ambiente concelhio de coesão e inovação social, transversal ao espaço público e privado, assente em redes colaborativas.

ESTRUTURA DO PDS

EIXO ESTRATÉGICO 1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

OBJETIVOS

1.1. Reforçar o Empreendedorismo e Diversificar a Base Económica, Promovendo a Criação de Empresas e Fomentando o Emprego

AÇÕES

- 1.1.1. Dinamizar Sessões no Âmbito do Empreendedorismo que Promovam os Recursos Endógenos do Concelho
- 1.1.2. Divulgar Apoios e Incentivos e Programas no Âmbito do Empreendedorismo e Recuperação de Empresas
- 1.1.3. Criar uma Plataforma Digital de Apoio ao Empreendedor que Contemple a Publicitação de Empreendedores Locais de Sucesso e Ideias a Implementar
- 1.1.4. Criar um "Prémio de Empreendedorismo Local"
- 1.1.5. Criar o Selo de Qualidade "Dieta Mediterrânica"
- 1.1.6. Criar um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo
- 1.1.7. Manter o Gabinete de Inserção Profissional

1.2. Capacitar, Qualificar e Formar de Acordo com Necessidades do Mercado de Trabalho

- 1.2.1. Promover Formação que Potencie a Integração Profissional de Jovens à Procura do 1.º Emprego e Desempregados
- 1.2.2. Desenvolver um Plano Integrado de Formação
- 1.2.3. Organizar Ações de Formação em Contexto Real de Trabalho
- 1.2.4. Promover e Acompanhar o Processo de Inserção Laboral
- 1.2.5. Sensibilizar os Empresários para a Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência ou Incapacidade, em Contexto de Trabalho
- 1.2.6. Fomentar Medidas de Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência ou Incapacidade

EIXO ESTRATÉGICO 2
PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

OBJETIVOS

2.1. Potenciar Melhores Condições de Vida às Famílias

AÇÕES

- 2.1.1. Criar uma Estrutura de Atendimento Integrado
- 2.1.2. Criar uma Unidade de Cuidados Paliativos
- 2.1.3. Criar uma Unidade Móvel de Fisioterapia
- 2.1.4. Implementar Medidas de Discriminação Positiva no Âmbito Escolar
- 2.1.5. Reforçar as Respostas Habitacionais aos Grupos Economicamente e Socialmente Vulneráveis
- 2.1.6. Promover Melhores Condições de Habitabilidade aos Grupos Economicamente Vulneráveis
- 2.1.7. Reforçar as Medidas Sociais de Apoio Financeiro ao Arrendamento Habitacional
- 2.1.8. Divulgar Programas e Medidas Nacionais de Apoio ao Arrendamento Habitacional

2.2. Promover o Envelhecimento Ativo e Diversificar a Oferta Social para a População Sénior

- 2.2.1. Conceber Respostas de Voluntariado para Combater o Isolamento Social na População Sénior
- 2.2.2. Promover Ações de Sensibilização no Âmbito da Segurança da População Sénior
- 2.2.3. Desenvolver Ações de Âmbito Sociocultural para a População Sénior
- 2.2.4. Criar a Resposta Social Estrutura Residencial para Idosos
- 2.2.5. Aumentar a Capacidade de Integração na Resposta Estrutura Residencial para Idosos
- 2.2.6. Ampliar e Consolidar a Capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário
- 2.2.7. Criar um Dispositivo Móvel de Animação Comunitária
- 2.2.8. Potenciar o Acesso ao Serviço de Teleassistência

EIXO ESTRATÉGICO 2

PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

OBJETIVOS	AÇÕES
2.3. Desenvolver Respostas Inclusivas para a População Portadora de Deficiência e Incapacidade	<ul style="list-style-type: none">2.3.1. Promover o Desenvolvimento de Respostas no Âmbito da Doença Mental e Degenerativa2.3.2. Criar Oficinas Terapêuticas de Estimulação Cognitiva2.3.3. Implementar uma Plataforma de Reabilitação de Indivíduos Sujeitos a Amputação
2.4. Fomentar Mecanismos para a Inclusão Social da População Imigrante	<ul style="list-style-type: none">2.4.1. Dinamizar um Dispositivo de Apoio à População Imigrante2.4.2. Desenvolver Ações de Sensibilização/Formação para a Integração da População Imigrante
2.5. Promover a Integração das Respostas para Vítimas de Violência	<ul style="list-style-type: none">2.5.1. Desenvolver Ações de Sensibilização para a Prevenção das Diferentes Formas de Violência
2.6. Desenvolver as Atividades de Ocupação de Tempos Livres para Crianças e Jovens	<ul style="list-style-type: none">2.6.1. Criar um Centro de Atividades de Férias e Lazer2.6.2. Implementar um Centro de Férias Inclusivas2.6.3. Promover um Programa de Férias Ativas
2.7. Desenvolver Iniciativas no âmbito do Plano da Atribuição de Bens, Géneros Alimentares e do Apoio Psicológico a Grupos em Situação de Vulnerabilidade Social	<ul style="list-style-type: none">2.7.1. Caracterizar as Respostas Existentes no Âmbito do Plano de Atribuição de Bens e Géneros Alimentares às Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social2.7.2. Criar um Banco de Bens Doados2.7.3. Garantir o Acompanhamento Psicológico à População Adulta2.7.4. Possibilitar a Intervenção Primária de Carácter Psicopedagógico e Psicológico na Área da Educação

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EIXO ESTRATÉGICO 1 | DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Objetivo 1.1. Reforçar o Empreendedorismo e Diversificar a Base Económica, Promovendo a Criação de Empresas e Fomentando o Emprego

A concretização do objetivo corresponde à possibilidade de criação de novas empresas e à diversificação de serviços e/ou produtos, capacitando as organizações para a inovação e a competitividade, reduzindo a dependência face ao turismo sazonal.

Consequentemente, ao nível do comércio local é necessária a revitalização e modernização, através da captação de novos investimentos, diversificação da base económica e dotação dos atores locais de competências, de modo a conferirem novas respostas, às realidades exigidas pelos consumidores. Simultaneamente, gerando capacidade de criação de emprego, contribuindo para a atenuação do desemprego.

Ação 1.1.1. Dinamizar Sessões no Âmbito do Empreendedorismo que Promovam os Recursos Endógenos do Concelho

Perspetiva-se possibilitar a “desconstrução” do conceito de empreendedorismo, fomentar o desenvolvimento de projetos inovadores, assentes no conhecimento e na criatividade, através da conjugação paralela de ações complementares como a Plataforma Digital de Apoio ao Empreendedor, o Gabinete de Apoio ao Empreendedor e o Gabinete de Inserção Profissional, permitindo conhecer e gerar novas oportunidades de negócio através dos processos legais implícitos às iniciativas.

Pretende-se a participação da sociedade civil, no processo através do recurso à auscultação de eventuais soluções de negócios ao nível local, com base no desenvolvimento de ações que promovam os recursos endógenos do concelho (património, ambiente, produtos locais, artes e ofícios).

A possibilidade de criação de marcas e a sua atribuição e/ou classificação nos negócios locais permitirá o reconhecimento perante a comunidade, do esforço desenvolvido e o reforço da confiança, nos agentes económicos empreendedores.

Ação 1.1.2. Divulgar Apoios e Incentivos e Programas no Âmbito do Empreendedorismo e Recuperação de Empresas

Preconiza-se a promoção do conhecimento e o acesso aos apoios e/ou incentivos e/ou programas no âmbito do empreendedorismo e da recuperação de empresas, mediante modelos e estratégias de formação-ação.

EIXO ESTRATÉGICO

OBJETIVO

AÇÕES

EIXO ESTRATÉGICO 1 | DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Objetivo 1.1. Reforçar o Empreendedorismo e Diversificar a Base Económica, Promovendo a Criação de Empresas e Fomentar o Emprego

Ação 1.1.3. Criar uma Plataforma Digital de Apoio ao Empreendedor, que Contemple a Publicitação de Empreendedores Locais de Sucesso e Ideias a Implementar

Disponibilizar conteúdos digitais de apoio a potenciais empreendedores, nomeadamente para oportunidades de negócio, acesso a informação acerca de incentivos de apoio ao investimento, sistemas de crédito bonificado, procedimentos de legalização e de licenciamento de diferentes atividades económicas, consulta de projetos, ações e/ou atividades de sucesso.

Ação 1.1.4. Criar um “Prémio de Empreendedorismo Local”

De forma a promover a iniciativa local de empresários/empreendedores, cujo trabalho se destaque pelo carácter inovador, diversificação do produto/serviço, sustentabilidade financeira, empregabilidade e responsabilidade social, pretende-se criar um prémio simbólico, que valorize o esforço destes numa aposta nos recursos locais, criando um valor acrescentado, para o concelho e região.

Ação 1.1.5. Criar o Selo Qualidade “Dieta Mediterrânica”

Apostar na Dieta Mediterrânica Património Cultural da Humanidade, como fator impulsionador da economia local, potenciando o desenvolvimento empresarial e a dinamização económica do território, através da valorização dos espaços, recursos e produtos.

De acordo com as premissas que emanam da Dieta Mediterrânica, pretende-se criar um conjunto de critérios que possam conferir a possibilidade de associação do bem ou produto ao contexto da Dieta Mediterrânica, criando uma imagem e unidade singular assente num património milenar.

Ação 1.1.6. Criar um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo

Perspetiva-se a criação de um espaço privilegiado de promoção e divulgação de produtos, serviços e práticas a desenvolver pelos diferentes agentes económicos (investidores sociais, empreendedores e demais entidades), com enfoque nas seguintes vertentes: empreendedorismo e inovação, economia social e programas comunitários para projetos da economia social.

Ação 1.1.7. Manter o Gabinete de Inserção Profissional

O presente dispositivo de mediação laboral, desenvolvido em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, permitiu a criação de circuitos de comunicação e articulação com organismos públicos e particulares, agentes económicos locais, empregadores, escolas profissionais, entidades formadoras e desempregados.

Pretende-se a consolidação e a continuação do trabalho efetuado pelo gabinete, no âmbito do emprego e formação no concelho.

EIXO ESTRATÉGICO 1 | DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Objetivo 1.2. Capacitar, Qualificar e Formar de Acordo com Necessidades do Mercado de Trabalho

A baixa escolarização, a desqualificação da mão de obra é uma realidade que tem consequências diretas na produtividade e competitividade empresarial, do território.

Neste sentido preconiza-se a promoção da competitividade e a inovação das empresas, atendendo que o tecido empresarial requer aposta na sua modernização, verificando-se a necessidade de reforçar as competências dos empresários existentes, no âmbito do empreendedorismo, bem como o incremento das competências da população desempregada ou dos jovens à procura do 1.º emprego que revelem baixas qualificações, através de medidas de capacitação.

Ação 1.2.1. Promover Formação que Potencie a Integração Profissional de Jovens à Procura do 1.º Emprego e Desempregados

Privilegia-se a promoção de ações formação para jovens à procura do 1.º emprego (potenciando a sua transição para a vida ativa) e desempregados, com vista à aquisição de competências profissionais, pessoais e sociais, permitindo conferir o incremento da sua certificação/qualificação e a (re)integração no mercado de trabalho.

Ação 1.2.2. Desenvolver um Plano Integrado de Formação

Pretende-se identificar os constrangimentos e potencialidades do mercado de trabalho, ao nível das necessidades dos agentes económicos e destinatários.

Perspetiva-se a monitorização anual dos conteúdos formativos que tenham em vista a certificação/qualificação e (re)integração no mercado de trabalho, ministrados por entidades públicas e privadas, que englobem a população do concelho.

A reunião da presente informação permitirá aferir as competências adquiridas, as estratégias formativas promovidas pelos agentes económicos, antevendo as possibilidades de atuação nos percursos formativos do concelho.

Ação 1.2.3. Organizar Ações de Formação em Contexto Real de Trabalho

Preconiza-se a realização de ações de formação, em contexto real de trabalho, tendo como objetivo a adequação da componente teórica ministrada à prática exigida.

Ação 1.2.4. Promover e Acompanhar o Processo de Inserção Laboral

A promoção de medidas de acompanhamento no processo de inserção laboral revela-se de extrema importância, por forma a mediar e evitar conflitos.

Pretende-se, ainda, promover o acompanhamento psicológico, no âmbito da inserção laboral, sempre que se verifique necessário, nomeadamente nas questões relacionadas com a baixa autoestima, conflito e desistência.

EIXO ESTRATÉGICO 1 | DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Objetivo 1.2. Capacitar, Qualificar e Formar, de acordo com Necessidades do Mercado de Trabalho

Ação 1.2.5. Sensibilizar os Empresários para a Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência ou Incapacidade, em Contexto de Trabalho

Pretende-se o desenvolvimento de ações que funcionem como momentos de sensibilização e informação, para os empresários.

O estímulo da adoção de medidas de ação positiva de admissão e integração de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, em contexto laboral, junto das entidades, constitui um trabalho a desenvolver na comunidade, de forma a possibilitar à população alvo auferir rendimentos provenientes do desempenho de uma atividade laboral, que potencie a sua inclusão social.

Ação 1.2.6. Fomentar Medidas de Inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência ou Incapacidade

Privilegia-se a promoção de formação/qualificação direcionada a pessoas com deficiência e incapacidade, desempregados, perspetivando-se a aquisição de competências profissionais, pessoais e sociais, num contexto de (re)inserção profissional, em situação de particular vulnerabilidade face ao mercado de trabalho.

Preconiza-se que o trabalho a desenvolver assente na promoção de parcerias ao nível do levantamento de necessidades detetadas e na criação de uma bolsa de entidades acolhedoras, no âmbito da ação social/inserção profissional.

EIXO ESTRATÉGICO

OBJETIVO

AÇÕES

Objetivo 2.1. Potenciar Melhores Condições de Vida às Famílias

É essencial desenhar a intervenção de acordo com uma perspetiva holística, das pessoas e dos problemas e em simultâneo fomentar a parceria, a capacidade para assegurar a intervenção e a rentabilização dos recursos existentes, tendo em vista desenvolver e/ou consolidar as respostas sociais vocacionadas para as famílias numa perspetiva de promoção da qualidade de vida e da inclusão social.

Ação 2.1.1. Criar uma Estrutura de Atendimento Integrado

Pretende-se a promoção de uma metodologia de “percursos integrados” em que o indivíduo ou família assume um papel central na intervenção, não se verificando um encaminhamento, mas uma orientação e a definição conjunta de medidas exequíveis, através da criação de dispositivos de atendimento integrado entre os parceiros da Rede Social.

A presente estrutura permitirá a consolidação do trabalho em parceria, a eliminação das intervenções sobrepostas, a partilha de informação (devidamente parametrizada) e uma melhor atuação sobre as principais problemáticas que afetam as pessoas.

No âmbito do Grupo Idade Sénior foram desenvolvidos alguns instrumentos passíveis que constituir uma base sólida para a promoção do atendimento integrado, nomeadamente através de plataforma de registo da informação *online* e de modelos inerentes ao registo escrito de componentes do processo.

De modo a operacionalizar a presente metodologia, perspetiva-se a celebração de um protocolo interinstitucional, para o efeito, bem como disponibilizar o aplicativo aos parceiros de forma a promover a efetivação do trabalho em rede e parceria.

Ação 2.1.2. Criar uma Unidade de Cuidados Paliativos

A promoção de respostas no âmbito dos cuidados paliativos torna-se premente numa sociedade em que população atinge maiores índices de longevidade e se verifica maior prevalência de doenças crónicas como o cancro e a diabetes. Em doentes com patologias crónicas, a medicina de forma isolada não é uma resposta suficiente para prevenir o sofrimento motivado por sintomas físicos e psicológicos. É necessário apostar na especificidade dos cuidados paliativos, conjugando “ciência e humanismo” de modo a proporcionar uma intervenção com respostas interdisciplinares, para uma melhor qualidade de vida possível dos doentes e famílias, reduzindo o risco de lutos patológicos.

Ação 2.1.3. Criar uma Unidade Móvel de Fisioterapia

Pretende-se dinamizar um dispositivo móvel que permita o acesso a um serviço de fisioterapia a indivíduos em situação de isolamento social e com mobilidade reduzida. A presente unidade poderá ser implementada mediante o recurso a sinergias existentes no concelho, nomeadamente a Unidade Móvel Itinerante de Saúde.

Objetivo 2.1. Potenciar Melhores Condições de Vida às Famílias

Ação 2.1.4. Implementar Medidas de Discriminação Positiva no Âmbito Escolar

A atribuição por parte do município de material escolar a todas as crianças do pré-escolar público e de manuais escolares a alunos do 1.º ciclo, pretende ser uma medida de discriminação positiva, para com as famílias.

Preconiza-se promover a igualdade no acesso à educação, apoiando a ação escolar ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo na atribuição de um *kit* de material escolar e de manuais escolares.

Ação 2.1.5. Reforçar as Respostas Habitacionais aos Grupos Economicamente e Socialmente Vulneráveis

A política social de habitação valoriza a qualidade de vida da população, centrando-se nas questões habitacionais, contudo não se esgota nestas, iniciando-se um processo global que potencia a capacidade de acolher e integrar populações económica, social e culturalmente diversificadas.

Perspetiva-se a implementação de medidas que potenciem a promoção de habitação social (promovidas mediante a construção e/ou a aquisição de frações habitacionais) e a custos controlados, através do recurso a programas de financiamento do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e/ou do incentivo à dinamização de Cooperativas de Habitação Económica.

Ação 2.1.6. Promover Melhores Condições de Habitabilidade aos Grupos Economicamente Vulneráveis

Pretende-se contribuir para a realização de ações de requalificação habitacional que visem o melhoramento da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Determinante da avaliação técnica efetuada poder-se-á contemplar somente a componente de atribuição de material e/ou equipamento ou incluir a mão de obra, para o efeito da requalificação.

O dispositivo móvel designado “Tavira Repara” constitui-se como uma iniciativa implementada, pelo município, para fazer face às inúmeras solicitações efetuadas pela população, com especial incidência em famílias em situação de vulnerabilidade (idosos, famílias em situação de fragilidade económico-social, pessoas portadoras de deficiência e incapacidade), para intervenção ao nível de problemáticas de menor complexidade (canalização, eletricidade e carpintaria).

Neste sentido preconiza-se a continuidade do dispositivo, na promoção de ações de requalificação e/ou adaptação de habitações que contribuam para o melhoramento das condições de vida e do bem-estar da população.

EIXO ESTRATÉGICO 2 | PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

Objetivo 2.1. Potenciar Melhores Condições de Vida às Famílias

Ação 2.1.7. Reforçar as Medidas Sociais de Apoio Financeiro ao Arrendamento Habitacional

Pretende-se divulgar e apoiar a população para as várias formas de beneficiar de apoio no processo de arrendamento, através de parcerias com organismos que promovem os presentes mecanismos, por forma a abranger um maior número de indivíduos e famílias.

Numa perspetiva municipal preconiza-se a promoção de uma iniciativa de apoio ao arrendamento, a qual pretende:

- Contribuir para fixação dos jovens residentes no concelho, em início de vida ativa;
- Induzir condições favoráveis à mobilidade residencial;
- Promover a atratividade na escolha de habitação nas freguesias de baixa densidade populacional;
- Estimular a autonomização dos jovens numa ótica de sustentabilidade;
- Criar uma resposta complementar à habitação municipal.

Concomitantemente, preconiza-se a avaliação da possibilidade de implementação da iniciativa Mercado Social de Arrendamento, cujas entidades aderentes são o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e entidades bancárias devidamente referenciadas.

Os aderentes, disponibilizam em mercado de arrendamento um conjunto de frações habitacionais dispersas pelo concelho, com valores de renda mensais inferiores, até 30%, aos normalmente praticados em mercado livre.

Ação 2.1.8. Divulgar Programas e Medidas Nacionais de Apoio ao Arrendamento Habitacional

Pretende-se a divulgação junto dos públicos-alvo de programas nacionais de arrendamento habitacional, apresentando assim complementaridade às iniciativas enunciadas ao nível concelhio.

É fundamental a divulgação de medidas de incentivo ao arrendamento jovens, por forma a promover: estilos de vida mais autónomos; o estímulo à reabilitação de áreas urbanas degradadas e a dinamização do mercado de arrendamento.

Perspetiva-se a celebração de um protocolo entre o Município de Tavira e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, de modo a criar mecanismos, que permitam esclarecer os interessados em formalizar candidaturas à medida/programa.

A existência de apoio e acompanhamento no processo de candidatura poderá revelar um incremento da formalização de candidaturas.

Objetivo 2.2. Promover o Envelhecimento Ativo e Diversificar a Oferta Social para a População Sénior

A população sénior no concelho é considerável, prevendo-se o seu aumento, o qual justifica a necessidade de equacionar a adequação das respostas sociais existentes à realidade. A necessidade de criação e/ou ampliação de equipamentos e serviços desta natureza que visem colmatar as necessidades revela-se estruturante.

Na projeção de novas estruturas e/ou equipamentos dever-se-á considerar os rendimentos dos idosos e/ou famílias e a sustentabilidade financeira das entidades, por forma a desenvolver-se projetos ao nível da rede solidária.

A diversificação de respostas sociais e a adequação das mesmas às necessidades físicas, económicas e emocionais dos idosos, verifica-se premente. Os idosos em contexto rural e urbano apresentam necessidades e aspirações distintas, relacionadas com os estilos e modos de vida. A institucionalização não deverá ser considerada como principal objetivo, as entidades do setor deverão promover outras formas de integração dos idosos.

Ação 2.2.1. Conceber Respostas de Voluntariado para Combater o Isolamento Social na População Sénior

No âmbito do trabalho desenvolvido pelo Grupo Idade Sénior e da referenciação efetuada pelos parceiros (forças de segurança, bombeiros municipais e entidades que desenvolvem trabalho na área dos idosos) é notório o isolamento dos idosos em meio urbano e rural. As dificuldades ao nível da mobilidade, entre outras incapacidades que afetam a população idosa, confinam os idosos ao espaço residencial e à solidão.

A criação de um projeto de voluntariado no presente âmbito, concertado em sede da Rede Social, apresenta-se como uma mais-valia, para a comunidade.

Ação 2.2.2. Promover Ações de Sensibilização no Âmbito da Segurança da População Sénior

Pretende-se conjuntamente com as forças de segurança dar continuidade, em meio urbano e rural, a um conjunto de ações de sensibilização direcionadas a idosos, cujo objetivo é aconselhar e sensibilizar para a adoção de procedimentos de segurança, de modo a evitar situações e/ ou crimes de violência, burlas, furtos e roubos residenciais.

Ação 2.2.3. Desenvolver Ações de Âmbito Sociocultural para a População Sénior

Perspetiva-se a dinamização de projetos e iniciativas que promovam o desenvolvimento sociocultural da população sénior e se constituam como um estímulo para a vertente física e afetiva/mental dos mesmos, prevendo-se: a valorização das capacidades de criação, o incremento da autoestima e confiança, a ocupação dos tempos livres com atividades práticas e lúdicas, bem como a continuação da sua autonomização.

Objetivo 2.2. Promover o Envelhecimento Ativo e Diversificar a Oferta Social para a População Sénior

Ação 2.2.4. Criar a Resposta Social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Preconiza-se a criação de Estruturas Residenciais para idosos, em situação de risco de isolamento, de emergência social e perda de independência e/ou de autonomia que pretendam integração, enquanto contribuindo para a promoção da qualidade de vida e do retardamento do processo de envelhecimento, assegurando as condições de estabilidade necessárias para o reforço da sua capacidade autónoma para a organização das atividades da vida diária.

Ação 2.2.5. Aumentar a Capacidade de Integração na Resposta Social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Perante a procura de equipamentos para integração de idosos, em respostas da rede solidária, devido à insuficiência de recursos financeiros e face ao nível de ocupação registado, verifica-se a necessidade de se prever o alargamento da resposta atualmente conferida.

Dever-se-á equacionar a projeção de equipamentos e/ou serviços em meio rural e/ou serrano, com o objetivo de acolhimento noturno de idosos, com autonomia, que por vivenciarem situações de isolamento ou insegurança necessitam desta índole de suporte e/ou acompanhamento.

Ação 2.2.6. Ampliar e Consolidar a Capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário

O presente resposta é considerada ao nível do concelho uma mais-valia, sobretudo para a população idosa residente em meio rural, devido à concentração no litoral dos equipamentos de apoio aos idosos.

O aumento do grupo populacional com 65 ou mais anos, a extensão do território, a dispersão demográfica e o isolamento social, contribuem para a necessidade de aumentar a capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário, permitindo uma cobertura mais equitativa no concelho.

A reconfiguração por parte das instituições dos circuitos efetuados merece uma reflexão, por forma a equacionarem as questões da qualidade do serviço prestado e os custos financeiros associados, nomeadamente ao nível do trabalho prestado inter freguesias.

Objetivo 2.2. Promover o Envelhecimento Ativo e Diversificar a Oferta Social para a População Sénior

Ação 2.2.7. Criar um Dispositivo Móvel de Animação Comunitária

Por forma a romper as situações de isolamento social que afetam a maioria dos idosos, em contexto rural disperso, prevê-se a criação de um dispositivo de animação comunitária, que permita uma interação mensal com o público-alvo.

Preconiza-se que o referido dispositivo móvel possibilite a deslocação dos recursos humanos e materiais, cuja inovação resida na itinerância de atividades de índole sócio comunitárias, em cenários naturais e/ou quotidianos e no reforço dos laços sociais na comunidade.

Sempre que necessário poder-se-á celebrar parcerias com as entidades locais, no sentido de otimizar os recursos existentes da comunidade, nomeadamente as sedes de associações locais e infraestruturas de lazer.

Ação 2.2.8. Potenciar o Acesso ao Serviço de Teleassistência

Pretende-se contribuir para a redução do isolamento social, insegurança e a melhoria da qualidade de vida da população sénior em situação de vulnerabilidade, que apresente autonomia, na sua habitação.

A dinamização deste serviço deverá prever a aquisição do equipamento a preços comportáveis.

Objetivo 2.3. Desenvolver Respostas Inclusivas para a População Portadora de Deficiência e Incapacidade

A necessidade de difusão de uma política social de inclusão consensual torna-se determinante que os parceiros sociais projetem respostas diferenciadas, para pessoas portadoras de deficiência e incapacidade.

As soluções apontadas deverão munir-se de um caráter prático e de bem-estar de acordo com as patologias dos beneficiários, apresentar sustentabilidade, permitir o acesso à população com insuficiência económica e contribuir para o aumento da qualidade de vida dos doentes, familiares e cuidadores.

Ação 2.3.1. Promover o Desenvolvimento de Respostas no Âmbito da Doença Mental e Degenerativa

Atendendo que as respostas para a problemática da doença mental e doenças degenerativa constituem-se como insuficientes, verifica-se a necessidade de criar estruturas e/ou serviços que permitam adequar o diagnóstico e a patologia do doente com as respostas a integrar: internamento, tratamentos terapêutico, promoção da reabilitação psicossocial, reinserção familiar e sócio profissional.

Preconiza-se a criação de medidas, projetos ou unidades especializadas em doença mental e doenças degenerativas, nomeadamente Parkinson e Alzheimer.

Ação 2.3.2. Criar Oficinas Terapêuticas de Estimulação Cognitiva

Pretende-se preservar ou melhorar o desempenho ou as funções cognitivas das pessoas, memória, atenção, raciocínio, capacidade de resolução de problemas, entre outros. A estimulação cognitiva poderá desenvolver-se numa perspetiva grupal ou individual.

Ação 2.3.3. Implementar uma Plataforma de Reabilitação de Indivíduos Sujeitos a Amputação

Pretende-se intervir junto dos indivíduos sujeitos a amputação, por traumatismo, neoplasia, infeção, patologia vascular periférica ou diabetes, através de uma abordagem multidisciplinar, de forma a potenciar a reabilitação física e psicológica/emocional, com vista à sua efetiva reintegração social.

Preconiza-se desenvolver um trabalho em rede, com as principais entidades envolvidas no processo de reabilitação, através da efetivação de protocolos, partilha de recursos, grupos de ajuda.

EIXO ESTRATÉGICO 2 | PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

Objetivo 2.4. Fomentar Mecanismos para a Inclusão Social da População Imigrante

O exercício da cidadania impulsiona-se através da consciência de direitos e deveres sociais, do acesso à informação, formação e adoção de comportamentos.

Neste âmbito torna-se necessário promover a integração cívica e económica, bem como combater a discriminação social da população imigrante.

Pretende-se possibilitar o exercício da cidadania da população imigrante, através do acesso à informação, em diferentes línguas, de conteúdos em áreas como a saúde, a educação e a proteção jurídica.

Ação 2.4.1. Dinamizar um Dispositivo de Apoio à População Imigrante

No sentido de desenvolver o trabalho efetuado no âmbito do atendimento à população imigrante do concelho e sotavento, pretende-se a (re)implementação de um dispositivo de apoio à população imigrante.

Dever-se-á equacionar a possibilidade de implementação de medidas que promovam a integração de imigrantes, incluindo os novos nacionais, a articulação estreita com os serviços migratórios e a rede social local, na efetivação de respostas, ao nível dos mecanismos de acompanhamento e no apoio ao regresso dos cidadãos imigrantes aos países de origem.

Ação 2.4.2. Desenvolver Ações de Sensibilização/Formação para a Integração da População Imigrante

Dinamizar ações que visem o combate ao abandono e insucesso escolar dos descendentes de imigrantes; ensino da língua portuguesa; reforço da formação profissional; difusão de medidas que promovam o acesso dos imigrantes ao pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, nomeadamente na área da saúde, da justiça, entre outras.

EIXO ESTRATÉGICO

OBJETIVO

AÇÕES

EIXO ESTRATÉGICO 2 | PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

Objetivo 2.5. Promover a Integração das Respostas para Vítimas de Violência

Pretende-se a continuidade do trabalho multidisciplinar desenvolvimento de forma integrada, no âmbito da intervenção a vítimas de violência, possibilitando a otimização dos recursos e respostas disponíveis na comunidade.

A cooperação entre as entidades da Rede Social é parte integrante e fundamental do trabalho realizado no concelho.

Ação 2.5.1. Desenvolver Ações de Sensibilização para a Prevenção das Diferentes Formas de Violência

A divulgação de conteúdos em matéria de violência e a clarificação dos procedimentos, a adotar perante situações desta natureza, permite que os cidadãos em geral atuem perante as situações de violência, quando confrontados no contexto profissional ou pessoal.

De forma simples e eficaz pretende-se, difundir informação junto dos diferentes grupos populacionais e profissionais, em matéria de violência, nomeadamente: violência doméstica; violência no namoro; violência contra idosos; ser amigo/familiar da vítima, ser vítima; deixar de ser vítima; direitos da vítima.

EIXO ESTRATÉGICO

OBJETIVO

AÇÕES

EIXO ESTRATÉGICO 2 | PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

Objetivo 2.6. Desenvolver as Atividades de Ocupação de Tempos Livres para Crianças e Jovens

A promoção de atividades de tempos livres, extracurriculares, proporcionam o desenvolvimento de novos centros de interesse e oportunidades para crianças e jovens, de se relacionarem entre pares, interagir com novos ambientes, ocupando os tempos livres de forma ativa e saudável. Simultaneamente, reforça-se a autoestima, o autoconhecimento, as competências sociais e desenvolvem-se mecanismos pessoais de adaptação a novas realidades.

A ocupação dos tempos livres, das crianças e jovens entre 6 e 12 anos, é uma necessidade por parte dos pais, ao nível do horário e interrupção escolar (férias). As atividades desenvolvidas são um complemento educativo, um reforço no processo de socialização das crianças e jovens nas suas aprendizagens, em paralelo com o desempenho escolar.

A frequência de atividades de tempo livre deverá permitir às crianças e/ou jovens uma ocupação voluntária do tempo de lazer, paralelamente ao seu processo de desenvolvimento e em estreita vinculação com a família e a comunidade.

Ação 2.6.1. Criar um Centro de Atividades de Férias e Lazer

Verifica-se ao nível do concelho que existem várias entidades de cariz social, desportivo e particular a oferecer no período de interrupção escolar ofertas de tempos livres, contudo nem sempre correspondentes às necessidades das famílias e aspirações das crianças e jovens.

Num concelho em que a maioria da população desempenha atividades profissionais ao nível do setor terciário, serviços e atividades relacionadas com o turismo, cujo maior pico de atividade coincide com as férias escolares e em que o apoio familiar nem sempre se verifica, bem como os valores praticados pelas entidades não correspondem às possibilidades económicas das famílias, verifica-se a necessidade de criação de respostas solidárias, conjuntas, que contemplem atividades lúdicas de cariz diversificado para o desenvolvimento do bem-estar físico/psíquico e emocional das crianças e jovens, de acordo com as idades e possibilitando ainda a realização de refeições.

Num contexto territorial de diversidade natural, patrimonial e cultural a criação de um centro de atividades de férias e lazer, poderá permitir a oportunidade de desenvolver atividades distintas que incluam práticas exteriores de contexto de natureza (praia e serra) em simultâneo com atividades de dança, teatro, artes, ciência, cuja conjugação poder-se-á constituir como uma mais-valia.

O desenvolvimento da referida resposta poderá contribuir para a criação de projetos de empreendedorismo social.

EIXO ESTRATÉGICO

OBJETIVO

AÇÕES

Objetivo 2.6. Desenvolver as Atividades de Ocupação de Tempos Livres para Crianças e Jovens

Ação 2.6.2. Implementar um Centro de Férias Inclusivas

A promoção de atividades de tempos livres, para crianças e jovens com necessidades especiais é considerada determinante no apoio às famílias. Ocupar as crianças e jovens, na interrupção do período escolar, apresenta-se como uma dificuldade para os pais, familiares e cuidadores, que simultaneamente desenvolvem a sua atividade profissional permanentemente. Se acrescermos a esta realidade o fato da criança ou jovem ser portador de uma doença, a dificuldade de encontrar uma resposta adequada para sua integração aumenta.

Considera-se, assim, a necessidade de criação de um espaço de acolhimento para o desenvolvimento da prática de férias inclusivas.

Ação 2.6.3. Promover um Programa de Férias Ativas

O desenvolvimento deste tipo de iniciativa é um contributo importante para a formação e desenvolvimento dos jovens, assumindo-se também como uma medida eficaz na prevenção de comportamentos de risco.

Existem duas modalidades de funcionamento curta e longa duração, possibilitando aos jovens uma experiência laboral, bolsa, seguro e certificado de participação.

O programa visa o aproveitamento dos tempos livres dos jovens, orientando-os para o desempenho de atividades socialmente úteis, de modo a dar resposta às necessidades dos jovens e famílias do concelho.

A influência direta dos jovens com a vida ativa permite-lhes o contato com valores cívicos e responsabilidades, o conhecimento da realidade onde se inserem, designadamente nas suas vertentes histórica, cultural e social.

EIXO ESTRATÉGICO 2 | PROMOÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL

Objetivo 2.7. Desenvolver Iniciativas no Âmbito do Plano de Atribuição de Bens, Géneros Alimentares e do Apoio Psicológico a Grupos em Situação de Vulnerabilidade Social

Pretende-se a implementação de uma estratégia concertada, no plano da atribuição de bens e géneros alimentares, a qual permita o mapeamento das entidades promotoras e dos indivíduos e/ou famílias beneficiárias, bem como a consolidação do trabalho desenvolvido pelas mesmas, em termos do funcionamento dos apoios, o enquadramento, a duração e a adequação com as necessidades da população alvo.

Complementarmente, preconiza-se facultar o acesso ao acompanhamento psicológico, da população adulta, por forma a aumentar o bem-estar psicossocial e caracterizar as problemáticas no âmbito da psicologia, que perfilam a população do concelho, de modo a atuar preventivamente.

Ação 2.7.1. Caracterizar as Respostas Existentes no Âmbito do Plano de Atribuição de Bens e Géneros Alimentares às Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Sistematizar a informação em matéria de respostas alimentares efetuadas no concelho, por forma a adequar o tipo de apoio com as necessidades verificadas pelas famílias e/ou indivíduos, evitando desperdícios alimentares, sobreposições de apoios e adaptando as necessidades de regimes alimentares, por motivo de doença.

Pretende-se a criação de uma plataforma digital de registo das entidades que promovem os apoios e dos beneficiários, por forma a promover uma caracterização, mais assertiva, evitar sobreposições e proceder a uma redistribuição adequada dos bens alimentares, no concelho.

O trabalho a efetuar resultará do levantamento prévio de necessidades elaborado e registado pelo Grupo Proteção Social, no âmbito do trabalho desenvolvido Núcleo Executivo da Rede Social.

O apoio alimentar efetuado às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, no concelho surge nomeadamente ao nível da: Cantina Social, Protocolo para Alargamento da Distribuição de Refeições Sociais nas freguesias, Banco Alimentar do Algarve (Programa Comunitário de Ajuda Alimentara Carenciados), Refeitório Social, cabazes solidários e na doação por parte das superfícies comerciais de frescos e refeições pré-confecionadas.

EIXO ESTRATÉGICO

OBJETIVO

AÇÕES

Objetivo 2.7. Desenvolver Iniciativas no Âmbito do Plano de Atribuição de Bens, Géneros Alimentares e do Apoio Psicológico a Grupos em Situação de Vulnerabilidade Social

Ação 2.7.2. Criar um Banco de Bens Doados

Pretende-se proceder à instalação de um banco de bens/equipamentos, cujo objetivo consista em distribuir às Instituições de Solidariedade Social, bens e produtos doados por empresas e entidades, desde que se encontrem em estado novo ou passíveis de reutilização, para posterior distribuição junto de público vulnerável, numa vertente social e ambiental, fomentado a responsabilidade social.

O seu funcionamento deverá prever a disponibilização de um espaço local destinado à angariação e distribuição, a utilização de uma plataforma informática e a divulgação desta iniciativa junto da comunidade.

O processo será desenvolvido em parceria com as entidades sociais que apoiam famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo uma maior equidade/satisfação dos beneficiários.

Ação 2.7.3. Garantir o Acompanhamento Psicológico à População Adulta

Pretende-se facultar o acesso ao acompanhamento psicológico, à população adulta, por forma a aumentar o seu bem-estar psicossocial e caracterizar as problemáticas no âmbito da psicologia, que perfilam um extrato da população do concelho, de modo a atuar preventivamente.

A intervenção psicológica enquanto processo de diagnóstico e intervenção clínica, apresentam-se como um fator de desenvolvimento emocional, imprescindível no contexto da saúde mental.

O Centro de Intervenção Psicológica de Tavira (CIP) serve de referência para encaminhamento para consulta psicológica às instituições do concelho e para apoio aos munícipes que, por iniciativa própria, se dirijam aos seus serviços.

Prevê-se a continuação da realização da avaliação psicológica, de intervenções psicoterapêuticas individuais e/ou grupais e o desenvolvimento campanhas/sessões de prevenção e promoção da saúde mental.

Preconiza-se, complementarmente, o acompanhamento psicológico da população sénior, em contexto de proximidade com a Secção de Programas Especiais do Destacamento Territorial de Tavira, no sentido de garantir a prestação deste apoio em ambiente externo, mediante os recursos humanos e materiais da Rede Social.

Ação 2.7.4. Possibilitar a Intervenção Primária de Carácter Psicopedagógico e Psicológico na Área da Educação

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Psico-educativo (NAPE) têm como missão a promoção do sucesso escolar com intervenção dirigida preferencialmente aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo.

Constitui-se como fundamental dar continuidade a este nível de resposta diferenciada de intervenção psicopedagógica e psicológica, precisa e adequada às necessidades das crianças.

NOTA FINAL

A promoção e o desenvolvimento social de um território, não se compadece, única e exclusivamente, com a criação de novas infraestruturas ou a celebração de investimentos económicos, se não se considerar aqueles que são a sua base, as pessoas.

O presente Plano de Desenvolvimento Social, enquanto plano estratégico que estrutura a ação da Rede Social, esteve assente num trabalho desenvolvido com base na participação ativa dos diversos interlocutores. Como tal, a autoria deste documento assume-se como um processo de genuína (co)construção e, conseqüentemente, de (co)autoria.

Em suma, em termos globais, o PDS visa atuar na aproximação das políticas e das organizações aos cidadãos e no estreitamento entre as entidades do foro económico e social, de modo a promover uma visão integrada sobre o concelho, na elevação da qualificação das pessoas como forma de promover a sua inserção no mercado de trabalho, bem como na prevenção de situações de risco e exclusão laboral, permitindo assim tornar o Concelho de Tavira, mais competitivo e apelativo do ponto de vista do bem-estar social.

Anualmente, por forma a operacionalizar e efetivar o controlo sistemático da execução do PDS, mediante o recurso à verificação de indicadores de execução, proceder-se-á à elaboração de um Plano de Ação, que integre as principais ações a desenvolver, as quais serão objeto de concertação, no seio da Rede Social, ao nível da promoção, execução, parceria, recursos, financiamento, sustentabilidade, entre outros critérios verificados para o efeito das ações.